

112 ANOS DEPOIS

*Alexandre do Nascimento**

“Uma data histórica”, disse o professor Florestan Fernandes, “não se define por si mesma e, tampouco, de uma vez para sempre. São os seres humanos que criam as datas históricas, as definem e as redefinem ao longo do tempo, e trazem o passado para dentro do presente e de combates que se renovam sem cessar”. O dia 13 de maio pode ser encarado assim, como um evento ainda inconcluso, que acabou com o escravismo criminoso, mas não com as desigualdades entre negros e brancos.

As pesquisas divulgadas recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) mostram que a população branca têm melhores oportunidades e condições de vida que a população negra. Mostram, ainda, que a maioria da população (93%) reconhece que existe preconceito racial no Brasil e que há problemas de convivência entre negros e brancos, principalmente para se obter um emprego ou progredir nele. Por causa do preconceito e da discriminação, os negros encontram muito mais dificuldades para conseguir um bom trabalho e melhorar suas condições de vida.

Além do mercado de trabalho, as desvantagens impostas à população negra manifestam-se fortemente no sistema educacional, tanto no acesso à escola que é muito dificultado por causa das condições sócio-econômicas desfavoráveis da maioria da população negra, quanto nos conteúdos escolares que discriminam e disseminam uma visão estereotipada dos negros e do legado cultural afro-brasileiro. O entendimento que muitos educadores têm do ensino religioso é prova disso. Fala-se em uma discussão dos valores cristãos, sem considerar que existem outras visões de mundo, como o candomblé. A violência policial é, também, um outro grave problema que os negros enfrentam.

As pesquisas mostram que no Brasil não é mais possível esconder que o racismo está intimamente relacionado com as péssimas condições de vida da população negra. Isso compromete qualquer projeto democrático e é um problema que não pode mais ser deixado de lado, tanto pela sociedade quanto pelos governos. É necessário um amplo debate sobre a adoção de políticas específicas para enfrentar o problema. A Constituição, em seu Artigo 23, abre a possibilidade de adoção de políticas públicas para grupos específicos, estabelecendo que **é de competência dos poderes públicos combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos**. Isso mostra que é legalmente possível a adoção de políticas de tratamento específico. O que falta à sociedade, aos legisladores e aos governantes é coragem e vontade política de buscar soluções.

Entre a população cresce a consciência que é de responsabilidade dos governos assegurar as mesmas oportunidades para todos os cidadãos. Na pesquisa do CEAP perguntou-se *se o governo deve ter obrigações especiais para com os negros*: 51% dos entrevistados responderam que *sim*. Isso abre a possibilidade de uma ampla discussão sobre a adoção de políticas de superação de desigualdades (as chamadas políticas de ação afirmativa), já que começa a torna-se socialmente desejável a construção de mecanismos que, mesmo adotando critérios diferentes, busquem a promoção de igualdade. Porém, antes de tudo – mesmo depois de 112 anos – é necessário que governo e sociedade assumam a opção ética em combater o racismo e lutar pela igualdade de oportunidades e de tratamento, condição essencial para a consolidação da democracia.

* Mestre em Educação e um dos fundadores do Pré-Vestibular para Negros e Carentes.